

## ASPECTOS DA FORMAÇÃO DOS SUBSTANTIVOS POSTVERBAIS DO PORTUGUÊS

Alexandra Soares Rodrigues<sup>1</sup>

**RESUMO:** Com este trabalho, pretendemos demonstrar que a conversão é o mecanismo mais adequado para a descrição da formação dos postverbais do português. Devido à semelhança formal entre estes substantivos deverbaís e os substantivos derivantes de verbos não-afixados, analisaremos alguns critérios morfofonológicos, sintático-temáticos e semânticos que, quando usados conjuntamente, permitem a distinção entre os dois tipos de substantivos.

**Palavras-chave:** Derivação Regressiva, Postverbal, Deverbal Não-afixado, Conversão.

### INTRODUÇÃO

**E**ste trabalho visa descrever e analisar o processo de formação dos substantivos postverbaís ou deverbaís não-sufixados do português, do tipo *engorda*, *aconchego* ou *esforço*, que na tradição gramatical são encarados como derivados regressivos. Na seção 1.1 analisaremos a concepção tradicional do processo que está na base da formação destes produtos, e que nela é indevidamente encarado como subtrativo, e procuraremos avançar argumentos em favor da rejeição da sua interpretação como derivados regressivos. Na seção 1.2 serão analisadas propostas mais recentes de abordagem destes produtos deverbaís. Na seção 1.3 avançaremos alguns argumentos que sustentam a conversão como responsável pela génese destes substantivos.

---

<sup>1</sup>Instituto Politécnico de Bragança, Portugal.

Atendendo à semelhança formal entre postverbiais (*balanço*, derivado de *balançar*, com o significado de “movimento oscilatório”) e substantivos derivantes (*balança* “utensílio para fazer pesagens”) de verbos não-afixados (*balançar*), sugeriremos alguns critérios assentes nas estruturas acentual, morfológica, temático-sintáctica e semântica dos produtos deverbiais que possibilitam a identificação dos substantivos em análise, no item 2.

## 1 O PROCESSO DE GERAÇÃO DOS SUBSTANTIVOS DEVERBAIS NÃO-AFIXADOS

### 1.1 Conceção regressivista

A tradição gramatical descreve os substantivos deverbiais não-sufixados do português como produtos da derivação regressiva.

Segundo Said Ali, produtos lexicais do tipo *amparo*, *embarque*, *afrota*, são derivados regressivos, porque se obtêm “não por adição, mas por subtracção do elemento formativo” (SAID ALI, 1964, p. 256). No entanto, a perspectivação diacrónica que Said Ali utiliza para estudar a língua, e que lhe permite conhecer os mecanismos interpretativos que fundamentam alguns dos seus fenómenos, leva o autor a esclarecer que:

[esta análise se dá] [...] por um erro de raciocínio. O termo preexistente é realmente primitivo, mas produz a impressão de ser derivado por causa da sua semelhança com outros vocábulos que, por sua vez, são derivados; e assim vai-se-lhe criar um suposto termo derivante à guisa dos derivantes destoutros vocábulos. (SAID ALI, 1964, p. 256)

Isto significa, pois, que *jantar* ou *engordar* são efectivamente preexistentes a *janta* e *engorda*, mas em virtude de uma falsa analogia, atribui-se-lhes o estatuto de derivados.

A mesma inclusão dos postverbiais em análise no conjunto dos derivados regressivos é apresentada em Cunha & Cintra (1991). Mas a caracterização que fazem dos derivados regressivos induz a algumas contradições que importa desmontar.

A derivação regressiva é definida como o processo de formação de palavras “que consiste na redução da palavra derivante por uma falsa análise da sua estrutura” (CUNHA & CINTRA, 1991, p. 104). Os autores explicitam o modo de actuação dessa “falsa análise” por meio do exemplo do lexema *gajo*. Segundo Cunha & Cintra (1991, p. 104), *gajo* é derivado regressivo de *gajão*, que, devido ao “sentido pejorativo e [à] presença da final *-ão*, passou ele, com o tempo, a ser considerado simples aumentativo de um suposto substantivo *gajo*, que é hoje a forma corrente” No âmbito deste mecanismo derivacional Cunha & Cintra incluem ainda uma série de substantivos deverbais, como *abalo*, *busca*, *caça*, *debate*, *toque*.

Esta concepção permite que sejam encarados como derivados regressivos todos os vocábulos cujos significantes tenham sido objecto de encurtamento, manifestado na truncação de um elemento interpretado como formativo. A classificação de um dado lexema como regressivo está, pois, alicerçada numa comparação entre o comprimento da forma do derivado e o da forma do derivante, independentemente do carácter de iso ou de heterocategorialidade inerente à relação entre cada base e o seu produto. É esta concepção tradicional que é adoptada pelos dicionários de uso comum.

Assim, esta concepção é adoptada no *Dicionário da língua portuguesa* da Porto Editora relativamente a produtos isocategoriais, como *tânger* (< *tangerina*), *sarampo* (< *sarampão*) e a produtos heterocategoriais – os substantivos deverbais não-afixados –, como *arejo* (< *arejar*), *começo* (< *começar*), *colha* (< *colher*). A mesma classificação surge no *Dicionário da língua portuguesa contemporânea* da Academia das Ciências de Lisboa, relativamente a *rosmano* (< *rosmaninho*), *gajo* (< *gajão*), *janta* (< *jantar*), *talha* (< *talhar*) e no *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*, relativamente a *aço* (< *aceiro*), *amónio* (< *amoníaco*), *balbucio* (< *balbuciar*), *abafo* (< *abafar*).

Muitas questões se levantam relativamente à natureza deste processo derivacional, à sua compatibilidade com mecanismos isocategoriais e/ou heterocategoriais, às suas relações com os processos que envolvem truncação ou supressão de constituintes. Não

sendo este o momento de dissecar toda essa complexa problemática, deixamos para momento posterior a sua abordagem. Assim, neste texto, centrar-nos-emos apenas nos produtos heterocategoriais, mais especificamente, nos deverbais. É, no entanto, de assinalar o carácter contraditório da análise levada a cabo por Cunha & Cintra, quando afirmam que, produtos deverbais (e, para os autores, regressivos, do tipo *abalo*, *debate*) são “formados pela junção de uma das vogais, -o, -a ou -e, ao radical do verbo” (p. 104). Estas palavras, que aproximam claramente os deverbais dos produtos formados por adjunção de constituintes, logo aditivos, fazem-nos pensar que os autores terão oscilado na análise dos mesmos ou terão entrevisto a possibilidade de haver uma forma de recategorização, no sentido de [+ verbal] para o [+ nominal].

Essa oscilação mostrada em Cunha & Cintra indicia que a concepção regressivista não é adequada à descrição da génese dos postverbiais.

De facto, uma análise mais atenta da componente genolexical do português permite compreender que o mecanismo de formação dos substantivos deverbais não-sufixados não é regressivo. Na verdade, a marca de infinitivo que as gramáticas tradicionais indicam como elemento suprimido não intervém na componente derivacional da língua, pois se trata tão-só de um morfema indicador da categoria morfo-sintáctica modo-temporal (VILLALVA, 2000, p. 184). O maior entrave à compreensão da operação que gera este tipo de substantivos reside na visão concatenativista e superficialista que coloca num mesmo nível estruturas de flexão e de derivação e que confunde forma citacional com base de derivação.

Algumas incongruências no modo como a tradição gramatical estabelece as formas de base relativamente às formas derivadas permitem-nos compreender melhor que o infinitivo não se localiza no *input* derivacional para os substantivos em jogo. Esse estabelecimento baseia-se na comparação do comprimento de derivante e derivado nas formas citacionais. Se o derivado é mais longo do que o derivante, como é o caso dos deverbais sufixados, a tradição gra-

matical não delimita a forma de base pela forma citacional. Contudo, se o derivado é, aparentemente, mais curto do que o derivante, a tradição gramatical indica a forma citacional como forma de base. O Quadro 1 mostra quais as bases estabelecidas pela tradição gramatical para a formação de substantivos deverbais.

BASE	Deverbais sufixados	Deverbais não-sufixados
Infinitivo		arejar > arejo; sorver > sorvo
Tema	<i>desratiza</i> > <i>desratização</i> <i>entorpeci</i> > <i>entorpecimento</i>	

Quadro 1. Bases estabelecidas pela tradição gramatical

Se nos deverbais sufixados não se concebe uma primeira operação de truncação do morfema de infinitivo seguida de uma operação de adjunção do sufixo derivacional, não há nenhum argumento que sustente a necessidade da operação de subtracção para a produção dos deverbais não-sufixados. A componente de base da formação de palavras é constituída por objectos que não se apresentam necessariamente em formas de imediato co-textualizáveis, como é evidenciado pelo derivante *entorpeci-*, tema do participio de *entorpecer*, mostrado no Quadro 1. Assim, também nos deverbais não-sufixados a base não pode ser medida pela forma usada citacionalmente para as línguas ocidentais modernas (KERLEROUX, 1997, p. 164). Conforme esclarece Corbin (1987, p. 124), “Il est probable que l’assimilation de l’affixe d’infinitif à un suffixe provient en partie d’une confusion entre la langue et la métalangue [...]”

Outra questão que se levanta da análise tradicional prende-se com o não tratamento da vogal temática (VT) do verbo e do marcador de classe (MC) do substantivo. A tradição gramatical refere apenas que há uma supressão do infinitivo verbal e esquece que também a situação da VT e do MC tem de ser analisada, visto que, na maior parte dos casos, as duas vogais, no verbo e no substantivo, não coincidem.

Conceber uma operação de subtracção do infinitivo para os postverbais não permite explicar a não coincidência, em muitos destes substantivos, entre a vogal temática do verbo e o marcador

de classe do produto (Quadro 2). Na verdade, as gramáticas tradicionais também não solucionam este não-parallelismo.

VT do verbo		MC do substantivo	
-a-	<i>fartar</i>	-a	<i>farta</i>
-a-	<i>embarcar</i>	-e	<i>embarque</i>
-a-	<i>começar</i>	-o	<i>começo</i>
-e-	<i>colher</i>	-a-	<i>colha</i>
-e-	<i>embater</i>	-e-	<i>embate</i>
-e-	<i>sorver</i>	-o	<i>sorvo</i>
-i-	<i>zurzir</i>	-a	<i>zurza</i>
-i-	<i>cuspir</i>	-e	<i>cuspe</i>
-i-	<i>zumbir</i>	-o	<i>zumbo</i>

**Quadro 2.** Relação entre VT do verbo e MC do substantivo deverbal

A haver um processo subtractivo de parte do derivante, este também afectaria a VT do verbo, pois, conforme deixa perceber o Quadro 2, não existe absoluta coincidência entre a VT do verbo e o MC do derivado. O facto de em alguns lexemas haver coincidência entre as duas vogais não deverá ser encarado como uma manutenção da VT do derivante. Essa opção acarretaria um fraccionamento no mecanismo de formação dos postverbais que o tornaria pouco económico.

Condensando os argumentos contra a regressividade do processo de formação dos postverbais: a) o infinitivo não é aceitável como forma de base, por não emergir no derivado e por ser não um sufixo derivacional, mas um morfema flexional realizador de uma categoria morfo-sintáctica (tempo-modo); b) a vogal que funciona como MC no substantivo não apresenta isomorfismo relativamente à VT verbal, pelo que não seria possível manter que apenas o infinitivo sofreria truncação. A regressividade teria de afectar também a VT; no entanto, a tradição gramatical não foca este problema; c) o sistema resultaria demasiado oneroso se fosse concebida subtracção das vogais não coincidentes com posterior acrescentamento de outra vogal e manutenção das vogais coincidentes sem acrescentamento de outra vogal.

A solução está, pois, em colocar o radical do verbo derivante como forma base e entender que as vogais que constituem o MC dos produtos lhes são posteriormente acrescentadas. Este é o ponto de partida de abordagens mais recentes dos postverbais, que passaremos a analisar em 1.2.

### 1.2 Concepções não-regressivistas

Nesta seção, abordaremos de forma resumida algumas concepções que negam o carácter regressivo do processo de formação dos postverbais do português.

Estas concepções baseiam-se sobretudo no quadro teórico da gramática gerativa e todas praticam uma análise que não se fundamenta na visão superficialista dos produtos lexicais. Por esse facto, elas rejeitam a integração dos postverbais na derivação regressiva. Contudo, trata-se de abordagens que, perante a semelhança entre os postverbais e os substantivos básicos derivantes de verbos não-afixados, tentam solucionar a questão da direccionalidade entre os membros de pares V(erbo)/S(ubstantivo) não-afixados.

Uma dessas abordagens encontra-se em Basílio (1980). Neste trabalho, Basílio integra a relação entre formas como *escolher/escolha*, *abandonar/abandono* ou *tocar/toque* nas nominalizações. O que há de relevante nesta abordagem é o próprio conceito de “nominalização”. Para a autora, a nominalização é entendida não como uma relação derivacional entre verbo e substantivo deverbal, mas como um “processo de associação lexical sistémica entre nomes e verbos” (BASÍLIO, 1980, p. 74).

Esta concepção resulta cómoda perante a dificuldade em estabelecer se é o verbo ou se é o substantivo a ser básico ou derivado. Essa dificuldade, de acordo com a autora, não se limita à ausência de operadores afixais no substantivo e no verbo. Na verdade, Basílio entende que, mesmo em termos semânticos, a semelhança entre substantivos básicos e derivados é tão forte que se torna impossível con-

cluír com segurança a sua natureza derivacional. É que os substantivos derivados, para além da interpretação verbal, também ostentam interpretação nominal. Tal característica semântica aproxima os deverbais dos substantivos básicos. Assim, Basílio (1980, p. 75) considera que “[...] a questão de saber se um nome é morfologicamente básico ou morfologicamente derivado de um verbo é irrelevante em relação às possíveis interpretações deste nome” Desta forma, Basílio enfatiza o carácter paradigmático da relação entre verbo e substantivo e abandona a relação direccional de derivação entre eles.

Uma outra abordagem situada no domínio da gramática gerativa é oferecida em Lobato (1995). A autora começa por enumerar os três tipos de problemas que a concepção regressivista dos postverbais faz surgir. O primeiro problema é de tipo morfológico e relaciona-se com a não coincidência entre a VT do verbo e o MC do substantivo. Para a autora, a questão da VT é um obstáculo à concepção de que “[...] os deverbais provêm dos verbos cognatos” (p. 206). O segundo problema é de tipo lexical e fundamenta-se no facto de existirem substantivos derivados que corresponderiam a verbos inexistentes. Nesta situação, encontram-se substantivos criados por Guimarães Rosa. Por último, o terceiro problema é de tipo semântico e tem por base a constatação de que existem substantivos derivados que, para além de denotarem acção, o que estaria de acordo com a sua formação deverbal, também denotam objecto, o que os aproxima dos substantivos básicos.

Para solucionar estes problemas, que são a base da dificuldade em estabelecer uma direccionalidade derivacional entre V e S, Lobato (1995) parte da Hipótese Lexicalista de Chomsky (1970). Esta Hipótese Lexicalista apresenta um avanço considerável no modo de conceber o Léxico no âmbito da gramática gerativa, pois se destaca das visões estritamente transformacionistas (LEES, 1960) da formação de palavras. De acordo com a proposta de Chomsky (1970), o V e o S têm lugar no Léxico na mesma entrada lexical sob a forma de radical. Este radical, porque comum a V e a S, não está especificado, em termos morfológicos, relativamente nem a uma nem a

outra categoria. Assim, está anulada a direccionalidade derivacional, quer de tipo morfológico, quer de tipo semântico, entre V e S. Quando se insere o radical num sintagma, então há actualização das marcas morfológicas próprias ou do V ou do S, de acordo com as necessidades de gramaticalidade do co-texto. Ou seja, o radical é actualizado como V se lhe forem associadas a VT e os morfemas flexionais modo-temporais e número-pessoais. O radical é actualizado como S se lhe for associado o MC.

Embora partindo da Hipótese Lexicalista de Chomsky (1970), Lobato (1995) desenvolve adaptações que permitam explicar uma característica que a autora considera inegável. Falamos da presença de estrutura argumental e de interpretação verbal que a autora considera determinantes nos substantivos deverbais. Quer a estrutura argumental quer a interpretação verbal existem no S porque este é derivado de um V. Como tal, Lobato (1995) preconiza a necessidade de não abandonar a estipulação da direccionalidade entre verbo e substantivo. A direccionalidade vai ser marcada semanticamente, não morfológicamente. O radical partilhado no Léxico, segundo Lobato (1995), deverá estar marcado semanticamente como verbal, pois só assim se explica a presença da estrutura argumental e da interpretação verbal nos substantivos deverbais e a sua ausência dos substantivos básicos.

Se Lobato (1995) apresenta um contributo importante para a compreensão da formação dos deverbais não-sufixados, posteriormente (LOBATO, 1999) assistimos a um desenvolvimento dessa compreensão. Lobato (1999) continua a conceber uma partilha de uma estrutura formal abstracta entre V e S deverbal, de modo a manter a relação semântica entre as duas formas. No entanto, neste trabalho, a autora mostra uma solução para a interpretação nominal que muitos substantivos deverbais possuem a par da interpretação verbal.

A solução encontrada está em conceber um molde morfológico abstracto comum ao V e ao S. Esse molde localiza-se no módulo da Sintaxe, definida paradigmaticamente. A formação do V ou do S

em termos fonológicos está dependente das conexões de teor semântico que o molde morfológico abstracto estabelece no domínio da Sintaxe e/ou no domínio do Léxico. Se na versão de 1995 as manifestações fonológicas das VT e demais morfemas flexionais eram responsabilizadas pela formação do V e do S, a versão de 1999 coloca essas realizações fonológicas como posteriores e conseqüentes à categorização do radical morfológico como V ou S. Para Lobato (1999), a categorização do molde abstracto como V dá-se se o molde estabelecer interface semântica com a Sintaxe. Por sua vez, a categorização do molde como S dá-se se o molde estabelecer interface semântica com a Sintaxe e com o Léxico. A interface com a Sintaxe explica a interpretação verbal do substantivo, enquanto a interface com o Léxico explica a sua interpretação nominal.

É inegável o valioso contributo que estas concepções trouxeram ao modo de compreensão da formação dos deverbiais não-sufixados. Ao basearem a sua análise em perspectivas não confinadas à superficialidade, as abordagens aqui sintetizadas tornam clara a inadequação da concepção regressivista e lançam pistas para novas soluções baseadas na possibilidade de haver derivação sem manifestação morfológica, ou seja, sem a acção de operadores afixais (LOBATO, 1999, p. 48).

Contudo, por serem visões radicadas num quadro teórico demasiado sincronicista, negam o carácter derivacional da relação lexical entre um V e um S e defendem que o relacionamento de formação entre os dois lexemas é de âmbito paradigmático. Isto vem dificultar a solução do problema da direccionalidade, porque continua a impedir a compreensão das diferenças entre substantivos derivados e derivantes de verbos e a não explicar por que razão substantivos relacionados paradigmaticamente com verbos (como *influência/influenciar/influir*) apresentam dependência semântica relativamente a um e não a outro verbo. Entretanto, ao conceberem a partilha da mesma forma abstracta pelo S e pelo V dificultam a explicação de algumas diferenças entre o modo como o V e o seu deverbal se relacionam com as suas estruturas argumentais, bem

como a da possibilidade de ocorrerem deverbais que apenas apresentam interpretação verbal e não nominal (por exemplo, *guerreia*, que significa “luta”) ou cuja interpretação verbal foi sofrendo diacronicamente um apagamento (por exemplo, *condessa* “pequena cesta”, deverbal do verbo *condessar*, e não *condessa* feminino de *conde*).

Um quadro explicativo mais adequado da formação dos postverbais deverá deixar espaço para a autonomia do derivado relativamente ao seu derivante, sem que, contudo, negue o carácter derivacional, e a sua direccionalidade inerente, quer de âmbito morfológico quer semântico, da relação entre V e S. É na linha desses imperativos que se situa a hipótese que procuraremos defender na próxima seção.

### 1.3 A hipótese da conversão

A hipótese da conversão que aqui defendemos procura, por um lado, responder ao modo como se processa a recategorização do radical verbal em nominal sem o auxílio de sufixos derivacionais. Por outro, procura salvaguardar a autonomia quer do derivante quer do derivado, como elementos do Léxico, e simultaneamente marcar a direcção derivacional que os relaciona.

Apesar de dilucidada em 1.1 a forma de base dos postverbais, não fica ainda completamente compreendido o mecanismo que os gera. Estabelecer que o radical é a forma que o derivante toma e que o MC é adicionado a esse radical não dilucida se o elemento activador da transcategorização de V para S é o MC ou se, na ausência de poderes heterocategoriais por parte deste e de outros sufixos que os pudessem desempenhar, a transcategorização se deve a um processo de conversão.

Para solucionarmos esta questão é necessário compreender o estatuto do MC do S. Um bom argumento a favor da conversão seria suportado se se estabelecesse o MC como posterior, logo ex-

terior, ao processo derivacional. Se o MC constituísse um elemento de flexão como índice de género, seria fácil comprovar a sua inactividade no processamento heterocategorial V>S. No entanto, este argumento é imediatamente derrubado quando analisada a correspondência entre género e MC dos postverbiais e pela observância da indicação de Villalva (2000, p. 233) de que, em português, “o género, nos nomes, não é uma categoria de flexão, mas sim uma categoria morfo-sintáctica cuja especificação é lexicalmente determinada ou resultante da intervenção de um processo morfológico não-flexional” Assim, se tivermos em conta que mesmo em palavras básicas o MC *-o* não ocorre exclusivamente em formas masculinas, como comprovam os substantivos (*a*) *tribo* ou (*a*) *virago*, nem o MC *-a* em formas femininas (*o poema*, *o planeta*), torna-se óbvia a necessidade de exclusão do género das categorias determinadas flexionalmente (RIO-TORTO, 2001, p. 262-3).

A mesma indeterminação quanto ao género ocorre nos postverbiais. Exemplos como *fura*, *pica*, *caça*, ocorrentes com género feminino e masculino,<sup>1</sup> e como *rapa*, *atiça*, *espalha*, que apenas ostentam género masculino, ilustram bem que os MC não podem ser desenhados como indicadores de género. Comprovar a sua exterioridade relativamente ao processo derivacional torna-se, assim, uma tarefa mais arrojada. No entanto, podemos fazê-lo negativamente, procurando negar a sua interioridade relativamente ao processo derivacional.

Os MC *-a*, *-e* e *-o* ocorrentes nos postverbiais correspondem aos mesmos elementos ocorrentes nos substantivos básicos do português. Perante as formas *monte*, *pedra*, *prato*, *suborno*, *ataque* e *queima* não é possível determinar quais os substantivos básicos e

---

<sup>1</sup> *Fura* apresenta género feminino quando ocorre com as significações de “ação de furar” e “furo” e género masculino quando ocorre com a significação de “indivíduo que fura greves” *Pica* apresenta género feminino quando ocorre com o significado de “ação de picar” e género masculino quando ocorre com o significado de “revisor de transportes públicos”. *Caça* apresenta género feminino quando ocorre com as significações de “ação de caçar” e de “animais caçados ou a caçar” e género masculino quando ocorre com a significação de “avião para destruir os aviões inimigos”

quais os postverbais, se atendermos somente à observação da sua estrutura externa. Essa dificuldade torna-se talvez mais evidente se em jogo estiverem lexemas como *enxofre/enxofra*, *balança/balanço*, *ferro/ferra*, *galgo/galga*, *galo/gala*, em que a distinção do MC não aponta por si só que o primeiro elemento de cada par é básico e que o segundo é um deverbal, e lexemas como *alcance/alcanço*, *corta/corte*, *topa/tope/topo* em que todos os elementos são produtos postverbais. Esta inoperância do MC sai ainda reforçada perante homónimos como *fada* “ente imaginário”/*fada* “acção de fadar”, *gala* “pompa”/*gala* “galadura”, *vela* “lona”/*vela* “acção de velar”, *pega* “ferro para prender os pés dos escravos”/*pega* “acção de pegar”, *traça* “insecto”/*traça* “acção de traçar”, sendo o primeiro elemento dos pares básico e o segundo postverbal.

De acordo com estes exemplos, o MC não apresenta capacidade para determinar o carácter compósito dos lexemas, ao contrário dos sufixos derivacionais presentes em, por exemplo, *engessadura*, *secagem*, *mudança*, *trepadeira*, *miradouro*, *criogenização* etc.

Esta lateralidade do MC parece ser evidenciada pela existência de substantivos atemáticos (e.g. *pai*, *romã*) e de tema  $\emptyset$  (os terminados em *-r*, *-l*, *-s* e *-z*), cuja categoria sintáctica não está dependente da determinação desse constituinte. Ou seja, a pertença à categoria dos substantivos por lexemas como *mar*, *animal*, *lápiz*, *rapaz*, *mão* prescinde da existência do MC. Assim, o MC parece estar desprovido de poderes heterocategoriais, ainda que mantenha uma função de actualizador léxico e de integrador paradigmático (RIO-TORTO, 2001, p. 263; CARVALHO, 1984, p. 530-2).

O mecanismo de transcategorização de V para S parece ser *devedor* de uma operação de conversão do próprio radical. Deste modo a adjunção do MC ao radical já converso é desenhada como exterior ao processo de derivação.

O processo de conversão como instanciador da nominalização deverbal não é um fenómeno que opera apenas com a palavra na sua forma citacional, ou seja, no infinitivo, como é ilustrado por

[*olhar*] V > [*olhar*] S. De facto, ocorrem em português substantivos conversos a partir de formas não citacionais do verbo base, como *o entretém, o retém, o deve, O acontece*.<sup>2</sup> Esta possibilidade, segundo nos parece, dá ênfase à hipótese de que a transcategorização obtida nos postverbais tem como responsável a conversão de uma categoria morfológica – o radical – que não tem de coincidir com a forma citacional da base.

## 2. COMO RECONHECER UM POSTVERBAL

Quando no item 1 discutimos a função do MC do postverbal, utilizámos alguns exemplos que deixam implícito um outro problema amplamente discutido pela bibliografia da especialidade (BASÍLIO, 1980; BASÍLIO, 1987; LOBATO, 1995; BASÍLIO & MARTINS, 1996; BARRETO, [1922] 1982; KEHDI, 1998). Esse problema diz respeito à distinção entre um S derivante de um V e um S derivado de um V. Em causa estão, pois, pares derivacionais S/V em cuja formação, quer no caso de V>S quer no de S>V, não intervieram sufixos derivacionais e em que, subseqüentemente, não existe à direita um segmento capaz de determinar o carácter de derivado de um dos lexemas e de estabelecer o outro como derivante.

O Quadro 3 apresenta verbos e substantivos que mantêm entre si uma relação de derivação em que o produto não é afixado, sem que se especifique a direcionalidade derivacional existente entre ambos.

---

<sup>2</sup> *O acontece* é o nome de um programa televisivo de carácter cultural da Rádio Televisão Portuguesa.

Verbo	Substantivo
<i>ancorar</i>	<i>âncora</i>
<i>casamentar</i>	<i>casamento</i>
<i>juramentar</i>	<i>juramento</i>
<i>animar</i>	<i>ânimo</i>
<i>acamar</i>	<i>acama</i>
<i>aninhar</i>	<i>aninho</i>
<i>encaixar</i>	<i>encaixe</i>
<i>esgalhar</i>	<i>esgalha</i>
<i>ferrar</i>	<i>ferra</i>
<i>ferrar</i>	<i>ferro</i>
<i>balançar</i>	<i>balanço</i>
<i>balançar</i>	<i>balança</i>
<i>pagar</i>	<i>paga</i>

Quadro 3. Pares V>S e S>V em que o produto é não-afixado

Para a determinação dos substantivos postverbiais concorre uma série de critérios cuja aplicação deve ser feita conjuntamente. Esses critérios baseiam-se na observação das estruturas acentual, morfológica, temático-sintáctica e semântica dos produtos de derivação (RODRIGUES, 2001), assim encarados polidimensionalmente (RIO-TORTO, 1993).

## 2.1 Estrutura acentual

Se um postverbal é um lexema construído, apresentará estruturas que espelham esse seu carácter. Um dos traços que permite filtrar pares S/V não-sufixados rege-se pelo tipo de acento ostentado pelo substantivo. Enquanto vocábulo construído, o postverbal integra-se ao conjunto dos substantivos portadores de acento não marcado, ou seja, de acento localizado na sílaba cujo núcleo é a última vogal do radical (PEREIRA, 1999). Como o acento marcado, ou seja, o acento localizado na sílaba em que se situa a penúltima ou a antepenúltima vogal do radical (PEREIRA, 1999) é muitas vezes devido a motivações históricas, a construção de substantivos regula-se pelo parâmetro geral que é o do acento não marcado.

Dos substantivos listados no Quadro 3, é possível excluir de imediato dois deles do conjunto dos postverbiais, por não se coadunarem com o padrão da acentuação não marcada. Falamos de *âncora* e de *ânimo*. Na verdade, conciliando a análise da estrutura acentual com informações de carácter histórico, conclui-se que se trata de substantivos não gerados no português, já que *âncora* e *ânimo* remontam ao latim *ancōra* e *anīmus*, respectivamente (Corominas & Pascual, 1991).

A aplicação do critério acentual na filtragem dos substantivos postverbiais vs. substantivos derivantes de verbos não-afixados revela-se preciosa na presença de substantivos com acento marcado. No entanto, a presença de acento não marcado não é suficiente para uma classificação segura do substantivo como postverbal, porque: (i) existem outros substantivos construídos com acento não marcado que não são postverbiais, embora possam ser deverbiais (*casamento*) ou não (*amargura*), e que são derivantes de verbos não-afixados (*casamentar* e *amargarar*); (ii) existem substantivos não-construídos portadores de acento não marcado (*gato*, *rosa*).

Daqui surge a necessidade de aplicação de outros critérios.

## 2.2 Estrutura morfológica: presença de afixos verbalizadores no substantivo e de afixos nominalizadores no verbo

Para a aplicação deste critério deverá ter-se em mente a hierarquização funcional que pauta os afixos presentes num dado lexema. Por hierarquização funcional queremos tão-só focar a distinção entre afixos formativos da base e afixos formativos do produto.

Assim, numa palavra como *globalização*, o sufixo operante na sua construção foi *-ção* anexado à base *globaliza-*, em cuja formação interveio o sufixo verbalizador *-iz-* agregado à base *global*, em que por sua vez o sufixo operante foi *-al*, anexado à base nominal *glob-*.

A compreensão das Regras de Formação de Palavras do português (Rio-Torto, 1993 e 1998) permite uma mais cuidada avaliação de quais os operadores afixais cuja acção se inscreve na formação

de substantivos e na formação de verbos. Se os objectos lexicais que neste trabalho estão sob análise não devem a sua formação a operadores afixais, a presença destes nessas estruturas constitui um bom indício da categoria sintáctica a que pertence o lexema base dos objectos.

Nos pares *casamento/casamentar*, *juramento/juramentar*, *acama/acamar*, *aninho/aninhar*, *encaixe/encaixar* e *esgalha/esgalhar*, estão presentes unidades sufixais, nos dois primeiros, e unidades prefixais, nos restantes. Determinar o modo de operação desses afixos possibilita compreender qual a categoria sintáctica por eles originada e, conseqüentemente, qual o lexema em cuja formação não intervieram, ou seja, qual o lexema, em cada par, é o produto e qual é o derivante.

Começaremos por abordar os lexemas contedores de unidades sufixais. Em *casamento/casamentar*, *juramento/juramentar*, está presente o sufixo *-ment-*. Sendo *-ment-* um sufixo construtor de substantivos deverbais, a sua presença num V e num S esclarece que o S não é derivado desse V, mas de um outro em que não ocorre o mesmo sufixo. Assim, o substantivo *casamento* não é produto postverbal do primeiro V (*casamentar*), mas deverbal de *casar*. O verbo *casamentar* é que se instaura como derivado não-afixado de *casamento* (1).

(1) *casar* > *casamento* > *casamentar*

\* *casar* > *casamentar* > *casamento*

Relativamente ao par *juramentar/juramento*, o mesmo tipo de direcionalidade derivacional é compreendida. No entanto, neste caso o substantivo *juramento* não é um constructo do português, remontando ao latim *iuramētum* (COROMINAS & PASCUAL, 1991), em que o elemento *-mentum-* se constituía já como operador de nominalização.

Nos pares portadores de segmentos prefixais aqui apontados, a derivação é instituída na direcção contrária. Os prefixos *a-*, *en-* e

es- participam na formação heterocategorial de verbos (PEREIRA, 2000). A sua presença em pares V/S permite concluir que os substantivos que os portam não devem a sua génese a esses afixos (RODRIGUES, 2002). Como tal, delimita-se que os verbos desses pares são derivados construídos com os prefixos em foco e que os substantivos são postverbais desses verbos (2).

- (2) a) *cama* > *acamar* > *acama*  
\* *cama* > *acama* > *acamar*  
b) *ninho* > *aninhar* > *aninho*  
\* *ninho* > *aninho* > *aninhar*  
c) *caixa* > *encaixar* > *encaixe*  
\* *caixa* > *encaixe* > *encaixar*  
d) *galho* > *esgalhar* > *esgalha*  
\* *galho* > *esgalha* > *esgalhar*

Como vimos, a análise da estrutura morfológica dos substantivos e dos verbos com eles relacionados permite estabelecer com segurança quais os substantivos postverbais. No entanto, no Quadro 3 apresenta-se uma série de pares S/V cuja direccionalidade derivacional não é solucionável com este critério, devido à inexistência de estruturas afixais. Nesta situação, é necessária a utilização de critérios de ordem temático-sintáctica e semântica, como veremos a seguir.

### 2.3 Estrutura temático-sintáctica: as heranças argumental e eventiva e sua relação com o semantismo do postverbal

Como foi amplamente demonstrado em Rodrigues (2001, p. 83-91, 145-63 e 197), o carácter mais saliente da relação de deverbalidade entre um produto lexical e a sua base é provavelmente o da herança argumental (GRIMSHAW, 1990). Sendo um V composto pela capacidade de abrir lugares argumentais à sua volta como

forma de completar o estado-de-coisas por si figurado, o reflexo dessa capacidade de predicação emerge no produto substantivo como conseqüência do processo de nominalização.

A mudança de categoria sintáctica acarretada pela Regra de Formação de Palavras em jogo faz-se acompanhar por uma alteração na forma como o produto lexical exerce a sua capacidade predicativa. Assim, as diferenças mais salientes do modo como o produto nominal funciona como predicador relativamente ao V base têm que ver com (i) a necessidade de mediação entre o S e os seus argumentos por preposições e (ii) a tendencial redução do número de argumentos actualizados sintacticamente, ainda que os mesmos argumentos sejam mantidos em termos semânticos. O compromisso entre a herança argumental e as alterações sintácticas que aquela sofre permite, no plano da estruturação textual, uma versatilidade considerável realizada sob a forma de *cross-referência* (BEAUGRANDE & DRESSLER, 1984, p. 54).

A par da estrutura predicativa, o substantivo deverbal recebe da sua base uma estrutura eventiva, cuja presença permite que o S seja actualizado co-textualmente com verbos de carga aspectual (GROSS & KIEFER, 1995). As estruturas argumental e eventiva reflectidas no postverbal doam-lhe um carácter de “accionalidade” que não deve ser confundido com um dos tipos de eventividade a par de, por exemplo, “estado”, “actividade” ou “processo”. A “accionalidade” não se limita a apontar um modo de enformação da aspectualidade, pois é antes uma designação equiparável à “estrutura argumental e estrutura eventiva” e que serve, num S, a comprovação de sua génese deverbal.

Os enunciados que se seguem comprovam que os substantivos não-deverbais não podem funcionar como instanciadores de estrutura argumental, pelo que não se integram em co-textos com verbos aspectuais, enquanto os deverbais exercem a capacidade de predicação naturalmente herdada do V base e ostentam estrutura eventiva, o que é mais facilmente perceptível quando co-ocorrentes com verbos aspectuais.

- (3) a) *A ferra do navio deu-se em trinta minutos.*  
b) \* *O ferro do navio deu-se em trinta minutos.*  
c) *O balanço do pêndulo dá-se periodicamente.*  
d) \* *A balança do pêndulo dá-se periodicamente.*  
e) *A paga da dívida deu-se ao fim de dois anos.*

Os complementos introduzidos por preposição dependentes do predicador substantivo deverbal são, de facto, verdadeiros argumentos. Este seu carácter não deve ser confundido com o estatuto não argumental de complementos oracionais de substantivos, quer deverbiais quer básicos. Falamos de complementos dependentes não só de nominalizações de verbos ocorrentes com orações integrantes, mas também de substantivos não-construídos, cuja significação tem sobretudo um pendor de funcionalidade cognoscitiva.<sup>3</sup> Utilizamos exemplos de deverbiais sufixados para tornar mais clara a demonstração (4 e 5).

- (4) a) *O João construiu a casa em dois anos.*  
b) *A construção da casa pelo João deu-se em dois anos.*  
c) *O João administrou a empresa durante dois anos.*  
d) *A administração da empresa pelo João durou dois anos.*
- (5) a) *Hamlet constatou que o rei era o culpado.*  
b) *A constatação de que o rei era o culpado.*  
c) *Claudius indiciou que o rei era o culpado.*  
d) *A indiciação de que o rei era o culpado.*

Uma observação superficial das nominalizações ocorridas em (4) e (5) poderá levar ao estabelecimento de uma igualdade funcio-

---

<sup>3</sup> Veja-se, por exemplo, o estudo de Schmid (2000) acerca dos substantivos abstractos do inglês como *idea*, *fact*, *problem*, *assumption*, *attempt*, etc. que ocorrem com complementos oracionais, não argumentais, a que o autor chama "shell nouns".

nal entre a herança argumental projectada em *construção* e *administração*, por um lado, e em *constatação* e *indiciação*, por outro. Em ambas as situações considerar-se-ia que os complementos introduzidos pela preposição *de* corresponderiam a argumentos verdadeiros, na medida em que, se em (4) os deverbais mantêm estrutura argumental herdada do V, em (5) os complementos oracionais dos substantivos que correspondem aos complementos oracionais dos verbos surgiriam igualmente como argumentos. Estas conclusões precipitadas podem ser enfatizadas se tomarmos o mesmo V e o mesmo deverbais em diferentes co-textos. Retomemos os enunciados de (5) e comparemo-los com (6):

- (6) a) *Hamlet constatou a verdade.*  
b) *A constatação da verdade por Hamlet.*  
c) *Claudius indiciou o culpado.*  
d) *A indiciação do culpado por Claudius.*

Assim, se os exemplos de (6) representam nominalizações deverbais em que ocorre preservação dos argumentos previstos na estrutura argumental dos verbos base, estando os verbos em (5) actualizados com argumentos oracionais, parece que os complementos oracionais contidos nas construções com os substantivos mantêm o estatuto de verdadeiros argumentos ocorrentes na predicação verbal.

Até aqui não parece haver nada que contradiga o estabelecimento deste paralelismo. O problema (que, afinal, não é problema porque se revela como anunciador do falso paralelismo) surge quando comparamos enunciados como *A indiciação de que o rei era o culpado* ou *A constatação de que o rei era o culpado* com enunciados como os de (7).

- (7) a) *A ideia de que o rei era o culpado.*  
b) *O boato de que o rei era o culpado.*

c) *A história de que o rei era o culpado.*

d) *A imagem de que o rei era o culpado.*

O funcionamento análogo dos enunciados (5b e 5d) e dos de (7) levanta uma questão: substantivos como *ideia*, *boato*, *história*, *imagem* ou, podemos ainda acrescentar, *mania*, *medo*, *teoria*, *hipótese* co-textualizáveis com complemento oracional introduzido por *de* estabelecem com esse complemento uma relação argumental? Se tivermos estabelecido que em *a constatação de que o rei era o culpado* o complemento oracional é um argumento de *constatação* e olhando a equidade entre *de que o rei era o culpado* e *constatação* e *de que o rei era o culpado* e, por exemplo, *ideia*, concluiremos (erradamente) que estes complementos oracionais são verdadeiros argumentos.

Esta conclusão conduziria à negação de uma das características essenciais, porque distintiva, dos substantivos deverbiais – a da ostentação de estrutura argumental não presente em substantivos básicos. Neste ponto, surgem, pois, duas hipóteses: (i) nem só os deverbiais têm capacidade de predicação por manutenção de estrutura argumental e, afinal, substantivos básicos como *ideia*, *imagem* e *teoria* também possuem estrutura argumental; (ii) os complementos oracionais não são argumentos e só os deverbiais actualizados com significação eventiva possuem estrutura argumental.<sup>4</sup>

Se analisarmos comparativamente de uma forma mais aguda as estruturas exemplificadas por *A constatação de que o rei era o culpado* e *A constatação da verdade por Hamlet*, é possível compreender que a segunda hipótese é aquela que se revela mais sólida.

---

<sup>4</sup> Não fazemos referência aos substantivos essivos, como *certeza*, *tristeza*, que também mantêm capacidade predicativa herdada das bases, porque o seu estudo não se localiza no âmbito deste trabalho.

Começaremos por observar uma discrepância existente entre as construções dependentes de substantivos deverbais do português (*constatação, indicição*) e aquelas que são atracáveis a substantivos não-construídos no português (*hipótese, teoria*). Como já vimos em (5) e (6), *constatação* e *indicição* admitem dois tipos de construções: uma correspondente à actualização da estrutura argumental não oracional do verbo e outra correspondente à vertente oracional. Quanto a formas como *hipótese* ou *teoria*, estas admitem apenas uma construção de tipo oracional (8).

- (8) a) *A hipótese de que o rei era o culpado.*  
b) \* *A hipótese da verdade por Hamlet.*  
c) *A teoria de que o universo está em expansão.*  
d) \* *A teoria da expansão do universo pelos físicos.*

Os exemplos de (8) permitem-nos compreender que, se em *A constatação da verdade por Hamlet* estamos perante um S, cuja leitura eventiva está indiciada pela existência de estrutura argumental, *hipótese* ou *teoria* não apresentam o mesmo tipo de funcionamento. A ausência de capacidade argumental nestes lexemas é corroborada pelo seu carácter não-construído, ou seja, pela inexistência de relação derivacional com uma base predicadora de que herdassem a estrutura argumental. Se *hipótese, teoria, ideia, história, imagem* e *boato* não possuem estrutura argumental, as estruturas oracionais que dependem destes lexemas não são argumentos, mas elementos meramente modificadores. Assim, se as orações integrantes agregáveis a este tipo de substantivo não são argumentos (GRIMSHAW, 1990, p. 74), e se estas orações são funcionalmente equivalentes às orações também integrantes de substantivos deverbais como *constatação* e *indicição*, podemos sustentar que as orações dos deverbais também não são argumentos, apesar do carácter argumental dos mesmos elementos quando dependentes dos verbos base.

Procuraremos demonstrar com critérios co-textuais que as orações integrantes de *constatação* e *indiciação*, comportando-se como as que estão dependentes dos substantivos não-construídos, não têm estatuto argumental, mas (HOEKSTRA & PUTTEN, 1988, p. 170).

De acordo com Rigau (1999, p. 364), as completivas de substantivos introduzidas pela preposição *de* são equivalentes a expressões como *Un horror de manifestación* ou *La ciudad de Toledo*, em que a preposição manifesta uma relação atributiva entre os dois substantivos. Essa relação é manifestada pela construção predicativa (9b, d):

- (9) a) *Um horror de manifestação.*  
b) *A manifestação foi um horror.*  
c) *A cidade de Toledo.*  
d) *Toledo é uma cidade.*

que é passível de ocorrer nas estruturas completivas de substantivos não-construídos (10), mas não nas estruturas de carácter argumental (11):

- (10) a) *A hipótese de que o rei é o culpado.*  
b) *Que o rei é o culpado é uma hipótese.*  
c) *A teoria de que o universo está em expansão.*  
d) *Que o universo está em expansão é uma teoria.*

- (11) a) *A apanha da azeitona pelo João.*  
b) *\*A azeitona é uma apanha.*  
c) *A galga do muro pelo cão.*  
d) *\*O muro é uma galga.*

Comparando o mesmo deverbal em diferentes co-textos, deparamo-nos com o mesmo tipo de (im)possibilidade. Apenas a construção com oração integrante comporta uma leitura atributiva (12), enquanto a construção argumental não a admite (13).

- (12) a) *A constatação de que o rei é o culpado.*  
b) *Que o rei é o culpado é uma constatação.*  
c) *A indicição de que o rei é o culpado.*  
d) *Que o rei é o culpado é uma indicição.*
- (13) a) *A constatação da verdade (por Hamlet).*  
b) *\*A verdade é uma constatação.*  
c) *A indicição do culpado (por Claudius).*  
d) *\*O culpado é uma indicição.*

Essas diferenças no funcionamento do mesmo deverbal consoante o tipo de complemento (argumental ou modificador) são facilmente explicáveis à luz dos semantismos actualizados. De facto, *constatação* e *indicição* não apresentam sempre o mesmo semantismo.

Tendo um deverbal a possibilidade de aglomerar uma série de significações polissémicas sintetizáveis num semantismo eventivo e num concreto, e partindo do pressuposto de que só o semantismo eventivo pode acarretar a actualização da estrutura argumental, compreendemos que só nas estruturas de (13) *constatação* e *indicição* assumem uma significação abstracta eventiva.

Por sua vez, em *A constatação de que o rei era o culpado* o deverbal emerge sob uma leitura não eventiva, razão pela qual o complemento oracional não é um verdadeiro argumento.<sup>5</sup> Note-se que neste caso o referente de *constatação* equivale ao referente de

---

<sup>5</sup> Relativamente ao carácter não argumental, mas de meros modificadores, dos complementos oracionais deste tipo de substantivos, veja-se Grimshaw (1990, p. 73-80 e 91-101). Grimshaw (1990, p. 100) soluciona a aparência de argumento destes complementos da seguinte forma: "Sentential complements to nouns like *conclusion* and *decision* are really nothing more than modifiers, but because of the semantics of the nouns they modify, they eventually specify the content of an l[exical]c[onceptual] s[tructure] argument of the noun, an argument that corresponds to the internal argument of the base verb."

*que o rei era o culpado.* É esta equivalência, suscitada pela possibilidade de alguns deverbais denotarem o ponto de culminação da acção e até o produto concreto resultante da acção, que permite a construção apositiva. É por este motivo que nominalizações de verbos de *accomplishment* como as de (14c) não vêm pôr obstáculos à ideia que estamos a tentar demonstrar de que a estrutura argumental ocorre com leitura eventiva e de que a aposição ocorre numa contextualização concreta.

- (14) a) *O João construiu a casa em dois anos.*  
b) *A construção da casa pelo João demorou dois anos.*  
c) *A casa é uma construção.*

De facto, em (14c), *construção* não apresenta leitura eventiva, mas concreta, coincidindo esta com o produto que resulta da acção de *construir*.

A equivalência referencial entre o deverbal ou o substantivo não-construído e o seu aposto oracional é salientada pelos seguintes co-textos:

- (15) a) *Chegou a uma constatação: o rei era o culpado.*  
b) *\*Chegou a uma constatação: a verdade.*  
c) *Fez uma indicição: o rei era o culpado.*  
d) *\*Fez uma indicição: o culpado.*  
e) *Chegou a uma hipótese: o rei era o culpado.*  
f) *Construiu uma teoria: o universo está em expansão.*

Os complementos apositivos correspondentes a orações integrantes são ainda convertíveis em construções com o verbo no infinitivo (16):

- (16) a) *A indicição de que o rei era o culpado.*  
b) *A indicição de o rei ser o culpado.*  
c) *A constatação de que o rei era o culpado.*

- d) *A constatação de o rei ser o culpado.*
- e) *A hipótese de que o rei era o culpado.*
- f) *A hipótese de o rei ser o culpado.*
- g) *A teoria de que o universo está em expansão.*
- h) *A teoria de o universo estar em expansão.*

Perante substantivos derivados de verbos psicológicos com dois argumentos, como *anelo*, *almejo* ou *estima*, torna-se mais óbvia a distinção dos argumentos e dos modificadores. Esta distinção pode, nestes casos, ser feita com base na preposição que medeia o deverbal e os seus complementos. Neste tipo de deverbais, o argumento correspondente ao sujeito verbal que é ocupado pelo papel de Experienciador é introduzido pela preposição *de* e o argumento correspondente ao objecto do verbo que é preenchido pela Causa é introduzido pela preposição *por* (PICALLO, 1999, p. 390). Os enunciados (17) exemplificam estas nominalizações:

- (17) a) *Tristão anela Iseu.*  
b) *O anelo de Tristão por Iseu.*  
c) *Tristão almeja Iseu.*  
d) *O almejo de Tristão por Iseu.*

Se utilizarmos deverbais de verbos psicológicos com complemento com infinitivo, observamos que ocorre o câmbio da preposição *por* pela preposição *de* (18).

- (18) a) *Tristão almeja estar com Iseu.*  
b) *O almejo de estar com Iseu.*  
c) *\*O almejo por estar com Iseu.*  
d) *Tristão anela estar com Iseu.*  
e) *O anelo de estar com Iseu.*  
f) *\*O anelo por estar com Iseu.*

De acordo com Leonetti (1999, p. 2092), a ocorrência da preposição *de* em complementos de substantivos que seleccionam outra preposição aponta para o carácter apositivo desses complementos. Pelo contrário, se os complementos forem introduzidos pela preposição seleccionada pelo substantivo constituem-se como verdadeiros argumentos.

Esta incursão pelo domínio geral dos deverbais teve como objectivo mostrar que, de facto, a herança da estrutura argumental tem uma força probante bastante sólida do carácter de deverbal de um S. No entanto, para que este critério possa mostrar resultados fiáveis, é necessário distanciar os sintagmas em que se desenham os argumentos verdadeiros daqueles que podem assemelhar-se a argumentos, mas que, na realidade, são apenas adjuntos ou modificadores. O estabelecimento de modificadores como argumentos pode acarretar, como vimos, a negação da própria intrinsecidade dos deverbais e a impossibilidade da sua distinção relativamente a substantivos básicos.

Como deixámos perceber, a estrutura argumental do deverbal não é manifestada em todo e qualquer co-texto em que aquele ocorra. Na verdade, exemplos como os de (14) deixam patente a variabilidade semântica dos produtos lexicais e da interdependência entre a carga semântica, a ocorrência ou não de estrutura argumental e o próprio co-texto. Só à luz de alguns critérios de co-textualização (RODRIGUES, 2001, cap. 4) é possível determinar se do deverbal está a ser projectada uma vertente polissémica eventiva e, logo, se os complementos que o acompanham são argumentos, ou se a polissemia em jogo é antes concreta e, logo, os complementos co-ocorrentes não são argumentos.

### 3. SÍNTESE

Neste trabalho, procurámos defender que os substantivos deverbais não-sufixados do português são o resultado de um pro-

cesso de conversão do radical verbal. Assim, sendo, ficam excluídas explicações como a da gramática tradicional que os caracteriza como produtos da “derivação regressiva” ou como a que prevê que a trans-categorização do V em S esteja a cargo do MC *-a*, *-e* ou *-o* do S.

Diante do paralelismo entre estes substantivos deverbais e outros substantivos relacionados com verbos, aduzimos alguns critérios, que procuram ter em linha de conta a polidimensionalidade dos produtos lexicais, que possibilitem a identificação dos primeiros. Essa polidimensionalidade é destacada sobretudo pela inter-relação entre estruturas de ordem eventiva, argumental e semântica que definem qualquer deverbal, destacando-o dos restantes tipos de substantivos.

## BIBLIOGRAFIA

- ACADEMIA DAS CIÊNCIAS DE LISBOA; INSTITUTO DE LEXICOLOGIA E LEXICOGRAFIA (2001). *Dicionário da língua portuguesa contemporânea*. Lisboa: Editorial Verbo.
- BARRETO, Mário ([1922] 1982). *De gramática e de linguagem*. Rio de Janeiro: Presença.
- BASÍLIO, Margarida (1980). *Estruturas lexicais do português. Uma abordagem gerativa*. Petrópolis: Vozes.
- \_\_\_\_ (1987). *Teoria lexical*. São Paulo: Ática.
- \_\_\_\_ & MARTINS, Helena. Verbos denominais no português falado. In: KOCH, Ingedore Villaça (Org.) (1996). *Gramática do português falado*. Campinas: Unicamp/Fapesp, v. VI– *Desenvolvimentos*, p. 371-91.
- BEAUGRANDE, Robert; DRESSLER, Wolfgang (1984). *Introduction to text linguistics*. London: Longman.
- CARVALHO, José Herculano de (1984). *Teoria da linguagem. Natureza do fenómeno linguístico e análise das línguas*. Coimbra: Coimbra Editora, v. II.
- CHOMSKY, Noam (1970). Remarks on nominalization. In: CHOMSKY, Noam. *Studies on semantics in generative grammar*. Paris; New York: Mouton Publishers, p. 11-61.
- CORBIN, Danielle (1987). *Morphologie dérivationnelle et structuration du lexique*. Tübingen: Max Niemeyer Verlag.
- COROMINAS & PASCUAL (1991). *Diccionario crítico etimológico castellano e hispánico*. Madrid: Gredos.
- COSTA, J. Almeida; MELO, Sampaio A (1998). *Dicionário da língua portuguesa*. 8.ed. Porto: Porto Editora.
- CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley (1991). *Nova gramática do português contemporâneo*. 8.ed. Lisboa: Sá da Costa.

RODRIGUES, Alexandra Soares. Aspectos da formação dos substantivos postverbais do português.

GRIMSHAW, Jane (1990). *Argument structure*. Cambridge: The MIT Press.

GROSS, Gaston; KIEFER, Ferenc (1995). La structure événementielle des substantifs. *Folia Linguistica*, XXIX, n.1-2, p. 43-65.

HOEKSTRA, Teun; PUTTEN, Frans Van Der. Inheritance phenomena. In: EVERAERT, Martin et al. (1988). *Morphology and modularity*. Dordrecht: Foris Publications, p. 163-86.

HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Salles; FRANCO, Francisco Manoel de Mello (2001). *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva.

KERLEROUX, Françoise (1997). De la limitation de l'homonymie entre noms déverbaux convertis et apocopes de noms déverbaux suffixés. *Silexicales. Mots possibles et mots existants* (Forum de morphologie; Actes du colloque de Villeneuve d'Ascq, 28-29 de Abril de 1997), n. 1, Pub. de l'U.R.A., 382 du C.N.R.S., Université de Lille III, 9. p. 163-72.

KEHDI, Valter (1998). A derivação regressiva em português. *Filologia e Linguística Portuguesa* 2, p. 205-13.

LEES, R. (1960). *The grammar of english nominalization*. The Hague: Mouton.

LEONETTI, Manuel. La subordinación sustantiva: las subordinadas enunciativas en los complementos nominales. In: BOSQUE, Ignacio; DEMONTE, Violeta (Dir.) (1999). *Gramática descriptiva de la lengua española*. Madrid: Espasa Calpe, v. II, p. 2083-104.

LOBATO, Lúcia (1995). A derivação regressiva em português: conceituação e tratamento gerativo. *Miscelânea de estudos linguísticos, filológicos e literários in memoriam Celso Cunha*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, p. 205-30.

\_\_\_\_\_. Particípios rizotônicos de primeira conjugação e verbais não afixais no português. In: BASÍLIO, Margarida (Org.) (1999). *Palavra*. Rio de Janeiro: Grypho, v. temático I – A delimitação de unidades lexicais, p. 29-68.

PEREIRA, Isabel (1999). *O acento da palavra em português. Uma análise métrica*. Coimbra. Dissertação (Doutoramento) (inédita).

PEREIRA, Rui (2000). *Formação de verbos em português: a prefixação com a(d)-, en- e es-*. Coimbra. Dissertação (Mestrado) (inédita).

PICALLO, M. Carme. La estructura del sintagma nominal: las nominalizaciones y otros sustantivos con complementos argumentales. In: BOSQUE, Ignacio; DEMONTE, Violeta (Dir.) (1999). *Gramática descriptiva de la lengua española*. Madrid: Espasa Calpe, v. I, p. 363-93.

RIGAU, Gemma. La estructura del sintagma nominal: las modificaciones del nombre. In: BOSQUE, Ignacio; DEMONTE, Violeta (Dir.) (1999). *Gramática descriptiva de la lengua española*. Madrid: Espasa Calpe, v. I, p. 311-62.

RIO-TORTO, Graça Maria (1993). *Formação de palavras em português. Aspectos da construção de avaliativos*. Coimbra. Dissertação (Doutorado) (inédita).

\_\_\_\_\_. (1998). *Morfologia derivacional. Teoria e aplicação ao português*. Porto: Porto Editora.

\_\_\_\_\_. (2001). Classes gramaticais: sua importância para o ensino da morfossintaxe. *Máthesis*, 10, p. 259-86.

RODRIGUES, Alexandra Soares (2001). *A construção de postverbais em português*. Porto: Granito Editores e Livreiros.

\_\_\_\_\_ (2002). The importance of prefixes in the identification of postverbal nouns (Trabalho apresentado ao 10th Morphology Meeting, 9-12 de Maio de 2002, Budapeste).

SAID ALI, Manuel (1964). *Gramática histórica da língua portuguesa*. 3.ed. São Paulo: Melhoramentos.

SCHMID, Hans-Jörg (2000). *English abstract nouns as conceptual shells. From corpus to cognition*. Berlin; New York: Mouton de Gruyter.

VILLALVA, Alina (2000). *Estruturas morfológicas. Unidades e hierarquias nas palavras do português*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian/ Fundação para a Ciência e a Tecnologia, 2000.

**ABSTRACT:** With this work, we intend to demonstrate that conversion is the most adequate mechanism to the description of the formation of Portuguese postverbal nouns. Due to the formal resemblance between these deverbal nouns and the nouns which are the base of non-affixed verbs, we will analyse some morphophonological, syntactical-thematic and semantic criteria that, when applied jointly, permit the distinction between both kind of nouns.

**Keywords:** Back-formation, Postverbal Noun, Non-suffixed Deverbal Noun, Conversion.